

Comentários

O GENERAL VERNON WALTERS E O BRASIL

*Carlos de Meira Mattos**

O falecimento repentino do General Vernon Walters, no domingo, dia 10 de fevereiro último, em Palm Beach, na Flórida, EUA, onde possuía uma residência, causou um grande pesar aos seus numerosos amigos brasileiros, principalmente aos veteranos de guerra da Força Expedicionária Brasileira, FEB, em cujas fileiras ele serviu como oficial de ligação com o nosso comandante, o General Mascarenhas de Moraes. Quando a FEB chegou ao Teatro de Operações da Itália, o General Mark Clark, Comandante do V Exército norte-americano, que o tinha como ajudante-de-ordens, o cedeu ao General Mascarenhas de Moraes, visando a facilitar o entendimento de comando com a tropa brasileira, tendo em vista que o então Capitão Walters falava fluentemente o idioma português.

Sobre a personalidade do General Walters no cenário internacional, como militar e diplomata, não vamos nos estender, pois escolhemos como tema as suas relações com o Brasil. Entretanto, não podemos deixar de destacar que foi assessor especial de quatro presidentes dos Estados Unidos, Truman, Eisenhower, Johnson e Nixon, os

acompanhando nas entrevistas principais com os chefes de governos estrangeiros nos anos difíceis do pós-guerra.

Extraordinário poliglota, falava fluentemente oito idiomas — alemão, espanhol, francês, holandês, italiano, português e russo. Especializado no serviço de Inteligência, desempenhou missões de adido militar na Itália, Brasil e França. Ao deixar o Exército foi Vice-diretor e Diretor Interino da CIA, Embaixador itinerante para casos especiais, Embaixador dos Estados Unidos junto à ONU e, seu último posto diplomático, Embaixador em Bonn, na antiga Alemanha Ocidental onde assistiu a queda do Muro de Berlim.

Voltando ao tema que escolhemos, suas relações com o Brasil, destacamos que o primeiro contato do Capitão Walters com o Brasil deu-se em 1943, por ocasião da visita do nosso então Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, aos Estados Unidos, quando foi designado para acompanhar o nosso Ministro.

Quando, de regresso ao Brasil, o General Dutra solicitou ao governo de Washington que proporcionasse ao Capitão Walters alguns dias de férias para vir conhecer o nosso País. Concedida a licença o Capitão Walters veio ao Brasil incluído na comitiva do Ministro Dutra.

Desde essa ocasião, 1943, o destino de Walters o manteve ligado ao Brasil, apesar

* General-de-Divisão. Veterano da FEB e Doutor em Ciência Política.

das inúmeras missões que teve que cumprir nos quatro continentes. Por ocasião da organização e preparo da FEB para as operações em teatro europeu, o Capitão Walters exerceu aqui várias atribuições de assessoria, entre as quais, em dezembro de 1943, a de acompanhar a Comissão precursora que, sob a chefia do General Mascarenhas de Moraes e composta por oficiais de seu estado-maior, viajou para a África e a Europa, a fim de tomar o primeiro contato com o teatro de operações onde iria atuar a tropa brasileira da FEB. Após essa passagem pelo Brasil, foi designado ajudante-de-ordens, do General Mark Clark.

Como já havíamos referido, ao chegar a FEB à Itália, o Comandante do V Exército norte-americano o designou para servir junto à nossa tropa. Durante toda a campanha da Itália foi um assessor admirável de nosso Comandante, acompanhando-o em todas as inspeções e contatos com chefes e autoridades estrangeiras, num teatro em que havia tropa francesa, inglesa, sul-africana, australiana, neozelandesa, indiana e polonesa livre, além do efetivo maior de norte-americanos. Sua inteligência e capacidade lingüística tornaram sua assessoria indispensável ao bom êxito das missões da FEB na Itália. Por ocasião do regresso da FEB, permaneceu algum tempo servindo na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e voltou ao nosso País nas comitivas dos presidentes Eisenhower e Nixon.

A visita do Presidente Eisenhower coincidiu com a inauguração de Brasília e o acontecimento o empolgou tanto que decorou e repetia constantemente, até morrer, as palavras do Presidente Juscelino gravadas em letras douradas na entrada do Palácio da Alvorada: *Aqui neste alto planalto central,*

no meio desta solidão que amanhã será o centro das grandes decisões da vida nacional, lanço meus olhos uma vez mais na direção do amanhã de meu País, e encaro essas alvoradas vindouras com fé ilimitada nos seus grandes destinos. Na última vez que nos visitou, nos dias 6, 7 e 8 de fevereiro, repetiu, ainda uma vez, essa mensagem de fé no nosso destino.

Novamente voltou ao Brasil (1962), nomeado Adido Militar e aqui foi promovido a General.

Por ter convivido diariamente, durante quase um ano, com os principais comandantes e oficiais de estado-maior da FEB, tinha no Brasil um seleto círculo de amizade. Eram seus amigos íntimos, por exemplo, os generais Mascarenhas de Moraes, Cordeiro de Farias, Castello Branco, Ademar de Queiroz, entre muitos outros coronéis e oficiais de menor posto. Sempre foi considerado aqui, veterano da FEB, que o era, legitimamente. Em virtude de suas relações afetuosas com os chefes da Revolução de 1964, sempre foi acoidado de ter interferido no movimento que derrubou João Goulart. Desmente essa acusação um telegrama seu de Adido Militar ao Departamento de Estado, informando que estava para eclodir um movimento revolucionário no Brasil, tendo como centro de operações a cidade de Porto Alegre, coisa que nunca passou pela cabeça dos conspiradores.

Entre os vários livros que escreveu, dois o consagram como escritor de grande conhecimento da política e da estratégia internacional: *Silent Missions* (Missões Silenciosas) e *The Might and the Meek* (Poderosos e Humildes), ambos já traduzidos em vários idiomas.

No primeiro, ele conta todas as missões que desempenhou durante quase sessenta anos de atividade militar e diplomática nos quatro cantos da terra. Nesse livro, ele exalta e cobre de elogios a atuação da FEB na Itália. Analisa o perfil de nossos comandantes e os compara aos melhores que conheceu.

No segundo, mais recente, cujo último lançamento foi feito em Londres há poucos meses passados, ele seleciona 49 homens poderosos que conheceu e conviveu na sua longa jornada, Roosevelt, Truman, Eisenhower, Kennedy, Nixon, Mac Arthur etc. De todos faz uma pequena biografia e, nesse plantel, coloca três brasileiros, Juscelino, Mascarenhas de Moraes e Humberto Castello Branco. São livros traduzidos em vários idiomas e que difundem os nossos feitos e os nossos homens pelo mundo afora.

Considero que o General Walters foi um grande amigo do Brasil. Ele nos conheceu na guerra e na paz e nos dedicou calorosa e fraternal amizade, que deixou comprovada, se outras provas não houvesse, nos livros que escreveu, nos quais o Brasil ocupa sempre posição de realce.

O HOMEM MAIS LÚCIDO DO BRASIL

*J. O. de Meira Penna**

Conheci Roberto Campos em 1939. Ele acabara de entrar para o Itamaraty após o concurso que se seguiu ao meu (1937) e, embora com uma diferença de apenas um mês na idade, adiará

* Diplomata.

sua decisão profissional, após haver passado alguns anos no Seminário. Lembro-me apenas de um jovem de poucas palavras, introvertido e com um jeito algo rebarbativo de mato-grossense.

Foi no período do governo JK que principiei a me dar conta de sua presença no setor público do cenário nacional. Soube, mais tarde, que ele estudara economia matemática, na Universidade da Califórnia, e que, durante um estágio em nossa missão junto à ONU, fora graduado pela Universidade de Colúmbia, em Nova York. Sua capacidade excepcional já devia haver sido aquilatada a ponto de ser designado, ainda Segundo Secretário, para integrar a Delegação brasileira à Conferência de Bretton Woods, 1944, que procurou estabelecer a estrutura monetária e financeira do mundo após a Segunda Guerra Mundial.

Acredito que tenha sido nessa ocasião que travou conhecimento com Eugenio Gudín e Otávio Gouveia de Bulhões, futuros ministros da Fazenda, que deviam dar os primeiros passos do País na direção de uma economia liberal. Daí por diante, a carreira de Roberto Campos cresceu aceleradamente como tecnocrata eminente, representando o Brasil em órgãos especializados da ONU, UNRRA, GATT, CEPAL e na Comissão Preparatória da Organização Internacional do Comércio. Seu papel de destaque na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, em 1951, na Presidência Getúlio Vargas e, posteriormente, durante o governo JK, o elevou ao pináculo da tecnocracia. Foi o fundador do BNDES. Na época, creio que ainda atribuía, ao Estado, a primazia no estímulo e condução do desenvolvimento.

Sendo eu Cônsul-Geral em Zurique, recebi Roberto Campos em fins de 1961, como Chefe da Missão Especial junto aos governos europeus para o que, eufemisticamente, se denominava *cooperação econômica*. Em outras palavras, seu trabalho era renegociar a dívida do Brasil, no período de anarquia goulartiana, evitando uma demonstração ainda mais clamorosa daquilo que ele iria qualificar como a nossa *cultura do calote*. Foi por volta de 1969/70 que, já como Embaixador em Israel, assisti à sua participação num seminário, em Jerusalém, que reunia a fina flor do pensamento econômico mundial. Pude então apreciar como o Roberto se movia com a intimidade e segurança absoluta de alguém do mesmo nível intelectual das sumidades internacionais ali presentes. Não me estenderei sobre outros contatos que com ele mantive durante o governo Castello Branco - sendo eu Subsecretário Adjunto para os Negócios da Ásia e Europa Oriental. Ele atingira o apogeu da carreira. Era o Ministro que desbravara e preparara o terreno, permitindo que outros recolhessem os louros do *Milagre Brasileiro* da década de 1970.

Quando Figueiredo foi indicado para suceder Geisel, recebeu a primeira grande decepção de sua vida profissional. Por intermédio do General Golbery, Figueiredo o convidara para assumir a pasta das Relações Exteriores. Embaixador em Londres, ele já se preparava para partir quando os famosos *barbudinhos* terceiro-mundistas da Casa, liderados pelo ex-Ministro Azeredo Silveira, se congregaram para forçar Geisel a dissuadir seu sucessor da escolha. No lugar de Roberto, outro colega ocupou o cargo. Nos cinco anos seguin-

tes, fui pessoalmente testemunho de omissões e distorções da política do Itamaraty, como no *escândalo das Polonetas*, quatro bilhões de dólares entregues de mão beijada aos comunistas de Varsóvia e outros quatro bilhões a *Repúblicas Populares* falidas. Tal política irracional veio a constituir o mais aberrante exemplo de irresponsabilidade dado pela diplomacia de um país que, quando não toma cuidado, *n'est pas sérieux...*

Roberto Campos pagou caro por sua lucidez, por sua coragem na defesa de idéias que apontavam para o futuro do Brasil. Foi alegremente alcunhado de *Bob Fields*. Foi caluniado como *entreguista* e vendido a interesses americanos. Foi detestado por aqueles que não o conheciam e traído por amigos, enquanto não deixava de merecer o reconhecimento de alguns de seus críticos mais ferozes. No Congresso, foi respeitado mas, ao final, o povo carioca, pouco instruído e contaminado por certa imprensa *marrom*, a ele preferiu para o Senado um mediocre demagogo.

Optou então por dedicar-se exclusivamente àquilo que mais adequadamente se conciliava com sua admirável inteligência: escrever. Seus livros e seus sueltos semanais, numa rede de grandes jornais em todo o país, revelaram uma penetração crítica que atingia profundamente o ponto crucial da problemática brasileira. Num povo de emotivos e impulsivos irracionais, Campos jamais desistiu de apelar para a razão e o bom-senso. Gostava de citar Gilberto Amado, que declarava gozar de verdadeiros orgasmos de prazer mental cada vez que encontrava um compatriota capaz de estabelecer uma relação de causa e efeito. Frio, dando às vezes a impressão

de mal-humorado, dotado no entanto de um *humor* ferino e capacidade de granjear fortes laços de amizade, ele representa a entrada do Brasil na Idade da Razão cartesiana, sem a qual dificilmente solucionaremos nossos problemas econômicos e políticos. Foi aquele que, risonhamente, melhor soube enfrentar o neoburrismo de nossa *intelligentia sinistra*. Por isso o considero o estadista mais lúcido que nossa cultura pública produziu nestes últimos anos - digno sucessor dos grandes liberais brasileiros, Cairu, Uruguai, Silvestre Pinheiro Ferreira, Mauá, Silveira Martins, Rui, Milton Campos, Gudin e Bulhões.

SOBRE O ESTADO PALESTINO O "TIAR" E O "EURO"

*Manuel Cambeses Júnior**

A Criação do Estado Palestino

No dia 11 de setembro do ano passado, o mundo inteiro assistiu, estupefato, aos atentados terroristas perpetrados, simultaneamente, por fanáticos muçulmanos, às cidades de Washington e Nova York, acarretando, em consequência, uma enorme transformação na ordem internacional até então vigente.

Analisando acuradamente a atual dinâmica mundial, percebe-se como muito provável que o novo ordenamento que venha a emergir deste instigante processo tenha as seguintes características: em primeiro lugar, os Estados Unidos terão, fi-

nalmente, encontrado um adequado substituto para a Guerra Fria, com capacidade para ordenar suas prioridades, articular suas políticas e projetar um referencial de coerência sobre a ação de sua burocracia. Sob o manto da luta contra o terrorismo tomará forma, substancialmente, a contraposição ao islamismo radical, com uma intensidade e determinação de propósitos similar à que teve a contenção ao comunismo, em nível mundial. A consciência ideológica, com relação a esse novo e singular inimigo, permitirá uma confrontação de valores de calibre similar à dicotomia capitalismo-comunismo.

Em segundo lugar, presenciaremos a um renascimento da *presidência imperial* dos Estados Unidos. Ela é expressão de períodos em que o povo norte-americano percebe que está submetido a graves ameaças forâneas. A essência desse novo inimigo, capaz de golpear em qualquer momento, em qualquer lugar e pelos meios mais terríveis, determina um tal nível de insegurança nas *psiques* estadunidenses que exigirá, conseqüentemente, uma *presidência forte e carismática*. Isso, evidentemente, inverterá a correlação de poder que, desde 1965, havia prevalecido entre o Congresso e a Casa Branca, beneficiando, claramente, o poder executivo. Por outro lado, surgirá uma nova correlação entre os direitos civis e os imperativos da segurança nacional, existente desde o início da década de 1970, brindando cabal preeminência ao segundo, em face das atuais circunstâncias.

Em terceiro lugar, determinará o renascimento do Estado e um esmaecimento proporcional do mercado. Os gastos em material de defesa, os imperativos da segu-

* Coronel-Aviador. Do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra.

rança, as exigências de voltar a pôr em marcha uma economia mundial em nítida recessão e a necessidade de obsequiar uma malha de sustentação social a um acentuado desemprego correspondem a objetivos que somente podem responder os Estados.

O pacote de 130 bilhões de dólares provido pelo governo estadunidense para socorrer a economia do país, após o atentado às torres gêmeas do World Trade Center, é mera expressão desta nova realidade. Por sua vez, as limitações à livre circulação de bens e pessoas, determinadas pelas exigências de segurança, frearão a força expansiva do comércio mundial. O predomínio que, durante esta última década, evidenciou o setor privado sobre o setor público se inverterá, e a inovação tecnológica passará do âmbito da economia produtiva ao da segurança e defesa.

Em quarto lugar, a Rússia se incorporará ao Ocidente, reivindicando a condição européia de sua matriz eslava e buscando encontrar um espaço na União Européia e na Organização do Tratado do Atlântico Norte. Abandonando a concepção de um mundo bipolar, e sua associação estratégica com a China, tenderá para um âmbito de alianças que não somente enfrente o inimigo comum – o islamismo radical –, mas que, também, esteja em condições de responder a seus gigantescos objetivos econômicos. Essa virada para o Ocidente, obviamente, não estará isenta de fortes e desgastantes rugas com os Estados Unidos, como resultado da presença crescente deste em sua esfera de influência centro-asiática.

Em quinto lugar, tornar-se-á inevitável o surgimento de um Estado palestino. A única forma de mobilizar o islamismo

moderado na luta sistemática e a longo prazo contra o islamismo radical. Conseqüentemente, subtrair forças dos fundamentalistas islâmicos será através do apoio decisivo à criação desse novo Estado. O debilitamento do Congresso norte-americano frente à Casa Branca e a percepção generalizada, pelo povo estadunidense, de que o contumaz e dispendioso respaldo a Israel gera altos custos políticos aos Estados Unidos serão fatores determinantes para a consecução dessa importante ação, a ser deslançada, primordialmente, com o concurso da Organização das Nações Unidas e o imprescindível respaldo das superpotências mundiais.

Para que Invocar o TIAR?

Depois dos atrozes atentados perpetrados, simultaneamente, às cidades de Nova York e Washington, por terroristas talibãs, em 11 de setembro de 2001, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), nascido em 1947, pareceu querer renascer das cinzas em que se encontrava. Ante a dimensão que adquiriram os atos terroristas e sua tremenda repercussão no cenário mundial, o Brasil invocou – a meu ver de forma açodada – uma reunião de chanceleres na Organização dos Estados Americanos (OEA). Essa atitude fundamentou-se na imperiosa necessidade de contar com um instrumento representativo do pensamento hemisférico, capaz de simbolizar a firmeza requerida naquele momento. Não obstante, é provável que os principais objetivos de segurança ansiados e perseguidos pela região não possam ser bem contemplados por esse anacrônico Tratado.

Desde 1982, quando a Argentina envolveu-se na guerra contra a Inglaterra pela posse das Ilhas Malvinas, ficou bastante evidenciada a inoperância e tendenciosidade do TIAR. Daí em diante, nenhuma nação o invocou apesar de os Estados Unidos terem invadido Granada, em 1983, e o Panamá, em 1989. Nem sequer o fim da Guerra Fria conseguiu estimular a sua ação no continente americano. Também a intervenção humanitária no Haiti, em 1994, não se efetuou sob a proteção desse Tratado, como seria de se supor.

Entretanto, inexplicavelmente, nos últimos anos, surgiu um novo interesse em ressuscitar o TIAR. Mudanças internas e imperativos da política externa parecem explicar esse recorrente anseio. O Presidente venezuelano Hugo Chaves Frias, por exemplo, através de seu Ministro da Defesa, durante a IV Conferência de Ministros da Defesa das Américas, realizada em outubro de 2000, na cidade de Manaus, propôs abolir o tratado de 1947 e construir uma nova estrutura de segurança continental, totalmente desvinculada dos Estados Unidos. Por outro lado, o Presidente mexicano Vicente Fox anunciou, em 6 de setembro de 2001, a sua intenção de retirar-se do TIAR e avançar em contatos para a configuração de um renovado tratado que, efetivamente, contemplasse os novos anseios da região, em termos de segurança hemisférica.

Em 17 de setembro do mesmo ano, considerando o excepcional momento que o continente americano atravessava, o Governo brasileiro solicitou a realização de um conclave, promovido pela Organização dos Estados Americanos, para tratar de assuntos concernentes à sua se-

gurança. Conseqüentemente, a Resolução da OEA, de 21 de setembro, deu pleno respaldo às pretensões norte-americanas de retaliação aos atos terroristas levados a efeito dentro de seu território. Faz mister ressaltar que esse ato teve um valor meramente simbólico porque, fundamentalmente, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca não é militarmente aplicável a esse caso, visto que ele somente contempla as agressões entre Estados e não ataques de atores não estatais, como foi o caso da ação terrorista talibã.

As novas ameaças de segurança, tais como o terrorismo internacional e o crime organizado transnacional, entre outros, necessitam de uma atenção especial, rigorosa e responsável, no continente americano. A Comissão de Segurança Hemisférica da OEA é um foro adequado e legítimo para avançar na geração de uma nova arquitetura de segurança para as Américas. As sociedades civis do continente também deveriam incluir esse tema em suas agendas de debate e em suas propostas de ação junto aos diferentes Estados e, principalmente, nos diversos foros internacionais e organismos multilaterais.

Creio que o melhor para o continente, no momento, é que esqueçamos o TIAR. Por um imperativo geopolítico é fundamental que nós, latino-americanos, alcancemos um consenso sério e consuetudinário para a região em matéria de segurança porque, caso contrário, os Estados Unidos, uma vez mais, farão valer os seus próprios interesses, como ocorreu durante o período em que vivenciamos a Guerra Fria.

Somente trabalhando com afinco, de forma harmônica, sinérgica e unificada, a América Latina terá voz influente naquilo

que, consensualmente, entendemos como a verdadeira constituição de um inédito e eficaz sistema de segurança continental.

A Implementação do "EURO": Fator de Coesão da União Européia

Os textos de Economia ensinam que o símbolo monetário de um país desempenha três papéis essenciais: o de unidade de valor, o de meio de intercâmbio e o de unidade de reserva. Porém, a moeda nacional representa muito mais do que isso. A partir do surgimento dos Estados nacionais, no século XIX, a moeda passou a ser considerada um dos símbolos da unidade nacional, juntamente com a bandeira. A fortaleza e credibilidade do símbolo monetário de um país dependem, intimamente, de seu potencial econômico e da saúde estrutural de seu aparelho produtivo. Uma economia débil e vulnerável terá, como corolário, uma moeda fraca e desprestigiada, carregando reflexos negativos à economia nacional.

A União Européia transcendeu o antigo conceito de Estado nacional quando decidiu pela criação de um Banco Central Europeu e de uma moeda única, conforme acordado no Tratado de Maastricht, de 1992. A União Econômica e Monetária (termo jurídico apropriado) representa a fase superior e final de um processo de integração econômica que teve início em 1957, com a assinatura do Tratado de Roma.

Desde a queda do Império Romano e a partir do enfraquecimento do Império dos Francos, fundado por Carlos Magno no século IX, passando pelas Cruzadas na Idade Média, o Renascimento, a Guerra dos Cem Anos, a Revolução Francesa,

a Revolução Industrial, o imperialismo do século XIX e as duas grandes guerras do século XX, a Europa não havia conquistado um período de mais de cinquenta anos ininterruptos de paz como o iniciado a partir do Tratado de Roma.

A primeira lição que extraímos desse histórico acontecimento é que a União Econômica e Monetária está sendo possível graças a um processo laborioso e claramente delineado, com um objetivo específico, com uma autêntica *carta de navegação* estabelecendo os pontos a serem atingidos e fixando as datas para a sua execução. Constata-se que nada é improvisado nem tampouco decidido abruptamente no seio da União Européia.

Os seis países fundadores da Comunidade Econômica Européia e os atuais quinze que integram a União Européia passaram por todas as fases de um processo de integração, ou seja: união aduaneira, mercado comum e mercado único. A última fase dispôs sobre a livre circulação de bens, serviços e pessoas a partir de 1º de janeiro de 1993 (Ata Européia, de 1985), ainda que a liberalização plena dos movimentos da capital nos países da União já havia ocorrido em 1º de julho de 1990, dando início a Primeira Fase da União Econômica e Monetária.

O Tratado de Maastricht estabeleceu taxativamente o cumprimento de requisitos de convergência macroeconômica para ter acesso à moeda única, tomando como base os indicadores dos Estados membros de 1997: o déficit do setor público não pode ultrapassar 3% do Produto Interno Bruto (PIB); a dívida pública não pode ser maior do que 60% do PIB; a inflação não deve exceder em mais de 1,4 ponto

percentual a média dos três Estados membros com menor inflação; os juros a longo prazo não devem superar em dois pontos percentuais a média dos três Estados membros com menor inflação e a moeda nacional deve manter-se dentro das margens normais de flutuação do Sistema Monetário Europeu, pelo menos durante dois anos.

A segunda fase da União Econômica e Monetária teve início em 1^a de janeiro de 1994, com a criação do Instituto Monetário Europeu, antecessor do Banco Central Europeu. Previamente, em 1^a de novembro de 1993, congelou-se a composição da cesta de moedas que conformam a unidade monetária europeia, antecessora da moeda única, utilizada como moeda de referência para fins contábeis.

Reforçaram-se os mecanismos de coordenação de políticas econômicas em nível supranacional, com a criação do Comitê de Ministros da Fazenda do Conselho Europeu e com a participação dos bancos centrais. Em 31 de maio, de 1995, a Comissão Europeia adotou o Livro Verde sobre a moeda única. O Conselho Europeu de Madri (dezembro de 1995) concordou em batizar de euro a nova moeda e fixou o programa técnico para a introdução desta, a partir de 1999, e colocá-la em circulação no início de 2002, em caráter definitivo e em substituição às moedas locais.

Fixados juridicamente os requisitos de convergência macroeconômica e decidida a *carta de navegação* da moeda única em nível técnico, surgiu a preocupação política sobre a sustentabilidade ou permanência no tempo dos compromissos de convergência e coordenação econômi-

ca adquiridos pelos Estados membros. Como resposta a essa preocupação, o Conselho Europeu de Amsterdã (junho de 1997) adotou o Pacto de Estabilidade e Crescimento, o qual obriga juridicamente os Estados membros a manter, pereneamente, os mesmos requisitos de convergência contidos no Tratado de Maastricht e fixaram-se custosas penas pecuniárias aos que não cumprirem os acordos firmados.

A Comissão Europeia recentemente submeteu à consideração do Conselho Europeu, órgão máximo de decisão política da União, o *Informe e Recomendação sobre o Progresso para a Convergência com vistas à Transição para a Terceira Fase da União Econômica e Monetária*. O Informe indica que doze Estados membros da União Europeia estão aptos para consentir a moeda única a partir de 1^a de janeiro deste ano, a saber: Alemanha, Bélgica, Espanha, Portugal, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Áustria, Grécia, Finlândia. Faz-se mister ressaltar que Grã-Bretanha, Suécia e Dinamarca optaram por incorporarem-se posteriormente e, também, quando cumprirem todos os requisitos de convergência macroeconômica estabelecidos no Tratado de Maastricht.

É importante destacar que, atualmente, existe uma fila considerável de ex-repúblicas socialistas soviéticas que obtiveram sucesso na transição para economias de mercado, em especial, a República Tcheca, a Polônia, a Romênia e a Hungria, e que agora propugnam para ter acesso imediato à União Europeia.

Os progressos em matéria de convergência macroeconômica têm sido notáveis. A média dos déficit fiscais do setor público dos Estados membros caiu de 6% em

1993, para 2,4% em 1997, e a média da inflação baixou substancialmente para menos de 2% neste último ano. Esses resultados permitiram não somente avançar com passo firme para a moeda única, o euro, na data prevista, como também contribuíram para fomentar o comércio e a inversão em nível global, em um ambiente de maior estabilidade macroeconômica, maior crescimento e menor inflação.

De conclusivo, a constatação de que a implementação do euro representa o triunfo de uma revolucionária reforma monetária e pode ser visto como símbolo e marca registrada deste novo século sem, entretanto, mutilar o mosaico de raízes locais e culturais, que permanecem mais vivos do que nunca no cenário geopolítico europeu, e está intimamente relacionada com a coesividade que deve permear as relações entre os países constitutivos da União Européia.

REVISIONISMO HISTÓRICO

*L. P. Macedo Carvalho**

A História é êmulo do tempo, repositório de fatos, testemunha do passado, exemplo e aviso do presente, advertência do porvir.

Cervantes, Dom Quixote

Cada vez que se verifica alguma mudança político-ideológica em uma sociedade, a sua consolidação vai buscar esteio na reavaliação da história dita oficial. O domínio do presente exige a reordenação do passado segundo a

nova ótica adotada para começar a trabalhar o porvir. Liminarmente, define *o quê* recuperar ou destruir do acervo histórico e *o para quê* dessa recuperação. Desde tempos imemoriais a inquisição do passado, antes de ser científica, tem sido política. Procedese à recuperação seletiva do passado, adequando-o aos interesses do presente para se alcançar os fins colimados. A reconstrução pragmática do passado é tão antiga quanto Clio ou a história do homem. Visa a dupla finalidade de sancionar o poder estabelecido e de impor às futuras gerações os seus princípios.

Trava-se, então, uma *guerra de posição* pelo controle da história, da mídia e, em geral, dos estamentos da sociedade capazes de influir na formação da opinião pública. As ações para controlar a opinião pública e assegurar a manutenção do poder político-ideológico revitalizam a imaginação histórica e criam versões contraditórias do passado.

Os autores incumbidos da reconstrução histórica não têm compromisso com a verdade nem com a autenticidade das fontes de que se valem para justificar o que se propõem demonstrar. Frequentemente, seus relatos visam apagar tradições e dar nova versão ao passado, apresentando falsos testemunhos e distorcendo ou omitindo fatos consagrados com o fito de fundamentar a interpretação própria e antagonística. Isso é obtido graças ao domínio que o grupo no poder exerce sobre os meios de comunicação social.

(Se em passado não muito distante chegaram até a eliminar de fotografias imagens de pessoas que se tornaram indesejáveis a certos regimes, o que poderá aconte-

* Coronel de Artilharia e Estado-Maior. Presidente do IGHMB.

cer com as inovações e facilidades proporcionadas na era dos computadores?)

Os protagonistas desse revisionismo redobram a procura de depoimentos que satisfaçam seus intentos e eliminem os contrários. Nos tempos em que se luta simultaneamente pelo presente e pelo passado, surge então a crítica histórica, centrada nos vultos tradicionais, cuja imagem irradia valores cultuados e representa símbolos aglutinadores de ideais, a fim de servir de instrumento de dominação.

Não se pretende que o passado seja inquestionável. Tucídides introduziu a crítica histórica e a preocupação da investigação das causas. A crítica é eterna, fácil e normal. Incide, particularmente, sobre episódios controversos e agentes da história. Faz-se mister possuir agudeza de espírito para analisar pontos discutíveis e, sobretudo, respaldo de conhecimentos sólidos. A crítica, antes de mais nada, deve ser construtiva para que não se perca simplesmente em dicacidade e no inverossímil.

O final do século XIX e o desenrolar do século XX foram tempos em que o passado deixou de ser uno e multiplicou-se sob inúmeros enfoques. A colisão entre diferentes versões do passado e projetos político-ideológicos ocasionou o aparecimento de interpretações distintas do acontecido, a exumação de supostas novas provas e o reavivamento de velhas contradições, ampliando as dimensões do histórico e as análises de fatos controversos.

Assim, o passado não é mais monopólio de cronistas e historiógrafos consagrados e transformou-se em reserva de caça de todos que disputam o poder, gerando um pluralismo de contestações em busca da

lapidação da história segundo os interesses e conveniências dos grupos em choque.

O passado é, certamente, o espaço de tempo mais concreto e mais bem balizado, apesar de nem sempre ser de perfeito domínio e, às vezes, mostrar-se impossível de ser caracterizado com exatidão. Conhecido ou ignorado, o passado, obscuro ou transparente, é estático, impassível, e inegável. Pode, até mesmo, oferecer uma percepção histórica pouco clara, difusa, parcial ou incompleta por falta de informações confiáveis. Não admite mudanças sem comprovação de fontes primárias. O passado, em suma, é o que ficou.

Só se pode entender a vida olhando para trás, consagra a sabedoria popular.

Mas a interpretação do passado é de capital importância na legitimação do poder. Eis a razão de todo o empenho no revisionismo histórico.

A profunda divergência das facções político-ideológicas e a incapacidade para impor seu programa ao conjunto da sociedade a fim de transformá-la mantêm a nação em suspenso, entre a instabilidade do presente e a incerteza do futuro.

Só o futuro dirá quem sairá vencedor desse conflito. Na *guerra de posição*, ao que tudo indica, deverá prevalecer o poder do conhecimento, da inteligência e da argumentação comprovada dos contendores, aliado à audácia e à determinação. Já assinalaram, com muita propriedade, que “não se governa sem história e historiadores”.

Como dizia Carlyle, o historiador inglês, em *On Heroes, Heroe-Worship and the Heroes in History* (1841), o herói revolucionário tem um papel trágico - precisa semear a anarquia e o conflito para destruir a antiga ordem e construir um mundo novo, em que um dia também sucumbirá. ●